

CONFLITO DE USO DA ÁGUA COMO FONTE DE VIDA E DO HIDRONEGOCIO COMO FONTE DE LUCRO NO SERTAO PARAIBANO

CONFLICTO DE USO DEL AGUA COMO FUENTE DE VIDA Y HIDROBUSINESS COMO FUENTE DE INGRESOS EN SERTAO DE PARAÍBA

Valéria Raquel Porto de Lima – Universidad de Sevilla
Pedro Costa Guedes Vianna – Profº Dr. UFPB

vrportol@yahoo.com.br
Pedro.costa.vianna@gmail.com

Esse artigo objetivou analisar como o conflito decorrente da distribuição desigual da água do Canal Governador Antônio Mariz, popularmente conhecido como Canal da Redenção no semiárido do Estado da Paraíba. Canal da Redenção foi construído para desenvolver a agricultura comercial irrigada do Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa – PIVAS. O canal com 73km perpassa por três municípios, propriedades rurais privadas e assentamento de reforma agrária. A apropriação da água para o desenvolvimento do agro/hidronegocio acarretou em um conflito que teve inicio no ano de inicio em 2001 e foi apaziguado no ano de 2008, sem acordo legal, outorga da água, para os camponeses do Assentamento Acauã, porém ainda é pauta de reivindicação e conflito dos camponeses do Assentamento Nova Vida I e II que lutam para ter acesso à água destinado a irrigação das Várzeas de Sousa.

Nas últimas décadas, são observados esforços realizados pelo Estado em desenvolver a fruticultura irrigada no Nordeste brasileiro beneficiando empresas que buscam maximizar seus lucros introduzindo novas técnicas agrícolas impostas pelo capital globalizado, fazendo crescer o hidronegocio que se empenha em assegurar o poder sobre o domínio das águas.

Este articulo tiene el objetivo analizar el conflicto a cerca de la distribución desigual del agua del transvase Antônio Mariz, conocido por la población como transvase de la Redención ubicado en el semiárido del Estado de Paraíba. El transvase Redención fue construido para desarrollar el regadío del Proyecto de Regadío Varzeas de Sousa- PIVAS. El transvase tiene 37Km de extensión cubriendo tres municipios, dentro de ellos están fincas y asentamientos de la reforma agraria. La apropiación del agua para el desarrollo de agro/hidronegocio llevo a un conflicto que tuvo inicio en 2001 y fue apaciguado en el año de 2008, sin embargo, las familias no tiene la concesión legal del uso del agua, además el conflicto aun permanece en el asentamiento nueva vida I y II que luchan para tener derecho del uso del agua destinado al regadío del proyecto PIVAS. En las últimas décadas, son observadas esfuerzos del Estado

brasileño en desarrollar en regadío en el Noreste de Brasil beneficiando empresas que buscan aumentar su lucro con técnicas agrícolas impuestas por un capital globalizado, hecho que hace del hidrobusiness dedicado a tener el poder sobre las aguas en este territorio.

Palavras Chave: Água, Conflito, Semiárido.

Palabras Clave: Agua, Conflicto, Semiárido.

Eixo 8 - Agrohidronegócio, Conflitos e Alternativas de Gestão da Água

1-Introdução

O período de atuação do Estado com relação ao armazenamento das águas em açudes cedeu lugar para o período das águas em movimento, águas interligadas em redes. Desde a década de 1990, estão sendo realizadas com maior ênfase em todo o nordeste brasileiro obras de transposição de águas dos açudes ou bacias hidrográficas para serem interligados através de redes de adutoras e de canais de água. A construção desses “rios artificiais” possui diversos propósitos, entre eles estão: a adução de água para o abastecimento das cidades, da piscicultura, da carcinicultura, das atividades agropecuárias, industriais, abastecimento urbano e para o desenvolvimento da fruticultura irrigada.

Neste último exemplo enquadra-se no processo de desenvolvimento da política de irrigação no Brasil tem como ponto de partida o fim da década de 1950. Durante a década de 1960, a agricultura desenvolvida nos vales do Jaguaribe, do Açu e do Apodi-Mossoró foi realizada tradicionalmente pelo processo de vazante e, em seguida, com o auxílio rodas d'água, moto-bombas e, posteriormente, motores elétricos (ANDRADE, 1998). Nessa última fase houve uma grande expansão da fruticultura no vale do São Francisco, desde Sobradinho até Paulo Afonso, visando à produção de frutas tropicais como uva, melão, melancia, e o tomate, representando as mercadorias destinadas ao mercado urbano do nordeste, do sudeste e também destinadas à exportação. A intervenção do Estado como agente incentivador e financiador dos grandes projetos no nordeste brasileiro, ocorreu e ainda ocorre por intermédio da atuação de órgãos públicos como a Superintendência para o Desenvolvimento da Região Nordeste – SUDENE. Durante décadas uma das funções desse órgão foi a de desenvolver políticas públicas que tivessem como finalidade a diminuição das disparidades sociais e econômicas do nordeste em relação às outras regiões brasileiras. Contudo, acreditava-se que o desenvolvimento só seria viabilizado quando a região se tornasse resistente aos efeitos da seca. Nesse sentido, a irrigação surgiu como uma das estratégias para solucionar os problemas sócio-econômicos da região semiárida. O planejamento, execução e implantação dos

perímetros irrigados ficaram sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS. Segundo dados de Vilela (1991), entre os anos de 1967 e 1968 a SUDENE elaborou o seu IV Plano Diretor criando o Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrícola - GEIDA, sendo o mais amplo programa de irrigação que já se fizera em todo país. Deste momento em diante a política de irrigação passou a atuar como o principal instrumento de intervenção do Estado. De acordo com Elias (2008), no nordeste brasileiro as intensificações das relações de produção capitalista e dos novos arranjos territoriais agrícolas para o desenvolvimento do agronegócio tiveram início principalmente na década de 1970.

O sub-médio São Francisco, notadamente seu trecho polarizado pelos municípios de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), foi à primeira área a viver o processo de implantação da agricultura científica através da prática de fruticultura irrigada para o mercado global. Nesse contexto, os vales úmidos do semiárido nordestino foram às frações de terras escolhidas para à prática do agronegócio. Na década de 1980, as políticas públicas se voltam para o desenvolvimento das práticas de irrigação mais modernas e para a efetivação dos empreendimentos agroindustriais. É também durante essa década que os dois principais polos de fruticultura irrigada, o Vale do São Francisco - PE e Vale do Açu-Mossoró – RN se inserem no contexto da modernização conservadora, fazendo emergir novas formas de apropriação do território, na organização e dinâmica do trabalho no campo.

Nas últimas décadas, os esforços em desenvolver a fruticultura irrigada nos vales úmidos do nordeste brasileiro, tem por trás o empenho das empresas que buscam maximizar seus lucros introduzindo novas técnicas agrícolas impostas pelo capital globalizado, fazendo crescer também o hidronegócio, que, de forma discreta e silenciosa, empenha-se em assegurar o poder sobre o domínio das águas.

O agronegócio é o principal consumidor do hidronegócio. O aparente sucesso do agronegócio nacional, também significa que somos crescentemente grande exportadores de água. O semiárido brasileiro já possui uma impressionante rede de reservatórios, açudes e adutoras, mas a maior parte da população continua sem acesso à água, majoritariamente destinada à agricultura de exportação (CORTEZ, 2005). Além desse fato, outro ponto negativo marcante é a concentração fundiária que teria cada vez mais difícil o acesso a terra e a água.

É nesta configuração histórica entre o apoio financeiro do Estado e o avanço das empresas privadas que o Perímetro Irrigado das Várzeas de Sousa – PIVAS, localizado na Mesorregião do Sertão da Paraíba foi concretizado.

2- O Projeto das Várzeas de Sousa

Na Paraíba, durante a década de 1970, alguns perímetros públicos de irrigação foram inaugurados com apoio de políticas públicas que investiram na modernização das práticas agrícolas no campo fruto do Programa de Integração Nacional – PIN, lançado no governo militar de Emílio Médici. O planejamento, a execução e a implementação desta política na Paraíba ficaram sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, dando continuidade às velhas políticas de infra-estrutura hídrica de construção de açudes, barragens e perfuração de poços.

O Estado, através da política conhecida como “solução hidráulica”, construiu grandes barragens em terras privadas, dando aos seus donos o controle do acesso, reforçando, assim, a estrutura de poder da oligarquia rural (TARGINO e MOREIRA, 2006). Nos tempos atuais, os projetos de irrigação implantados pelo Estado mantêm praticamente o mesmo desenho.

Existem no âmbito estadual doze projetos de irrigação, sendo oito localizadas na mesorregião do sertão da Paraíba. No sertão da Paraíba, a política de modernização se fez presente com a criação de alguns perímetros de irrigação pública como, por exemplo, o de São Gonçalo e Condado e mais recentemente a criação do perímetro irrigado das várzeas de Sousa, agregado ao Canal da Redenção.

Nesse contexto, na década de 1970, o DNOCS contratou a HIDROSERVICE - Engenharia de Projetos Ltda. para desenvolver um estudo intitulado “Reversão das Águas do conjunto Coremas/Mãe D’Água para as Várzeas de Sousa - Esquematização das obras e seleção de alternativas”, que analisou a viabilidade de transposição de água por gravidade para irrigar as Várzeas de Sousa.

Na década de 1990 tem início a obra de construção do canal. Em 1993 a empresa de consultoria AGROSOLOS Engenharia Ltda é contratada pelo DNOCS, para desenvolver o Projeto de Reversão das Águas do Conjunto Coremas/Mãe D’Água para as Várzeas de Sousa, a partir dos estudos realizados pela HIDROSERVICE em 1970.

Em 1996, a Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado da Paraíba – SUPLAN, realizou a licitação e iniciou as obras de construção do canal. E, em 1997, a construção do canal tem início. A Coordenadoria de Irrigação e Drenagem foi a responsável pela elaboração do projeto básico do perímetro de irrigação de Sousa. Após a conclusão da obra do Canal da Redenção, o PIVAS permaneceu sem funcionamento de 1998 a 2007. O projeto inicial (figura 1) fez a divisão dos lotes da área irrigada de 5.030 ha para o aproveitamento hidro-agrícola das várzeas de Sousa, favorecendo a classe empresarial, já que dos 3.260ha 65% da área está destinadas à agroinvestidores, e técnicos agrícolas.

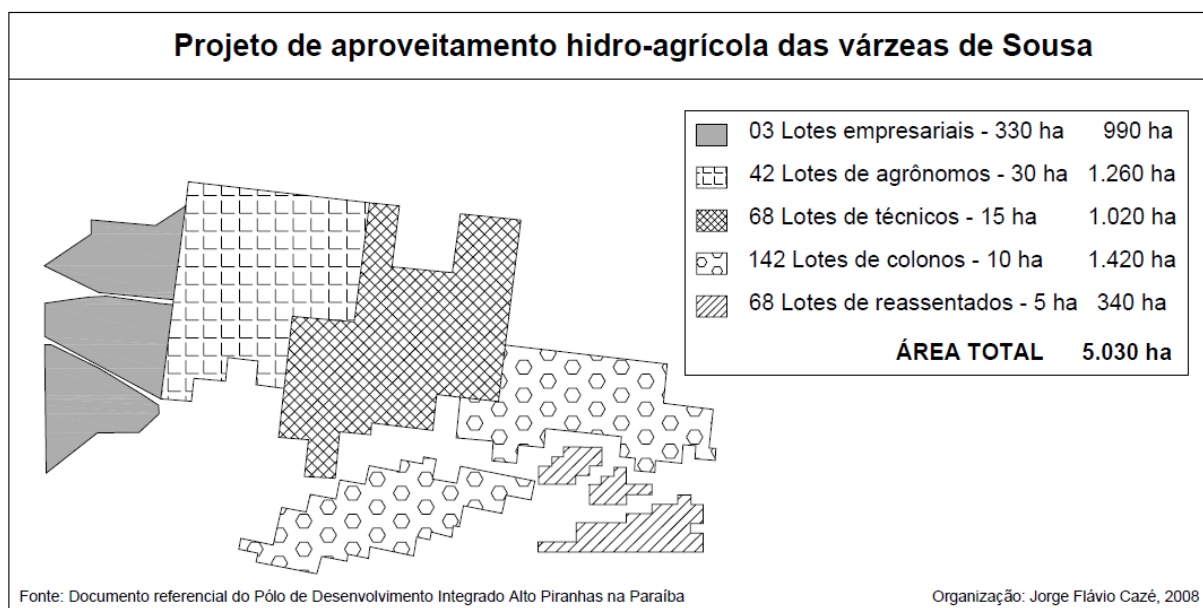


Figura 1: Divisão dos lotes do projeto de aproveitamento hidro-agrícola das várzeas de Sousa-PB.

Fonte: Documento referencial do Pólo de Desenvolvimento Integrado Alto Piranhas na Paraíba.

O projeto prevê para os colonos 1.420ha que correspondem a 28% da área, já para reassentamentos, ou seja, para aquelas famílias que foram retiradas desta zona restaram apenas 330ha, representando menos de 7% das terras do projeto. Esta situação reflete-se no tamanho dos lotes, pois os lotes destinados a colonos e reassentados têm uma área entre 10ha e 5ha, respectivamente, enquanto os lotes destinados às demais classes possuem tamanhos de 330ha para empresários, 30ha para agrônomos e 15ha para técnicos. Essa divisão reproduz claramente a forma desigual e de distribuição de terras dominante no nordeste brasileiro. A cada mudança de governo altera-se a proposta política de irrigação das Várzeas de Sousa e de uso da água do Canal da Redenção. Logo, o projeto anterior é modificado, dando lugar a um “novo” projeto, com uma “nova” configuração territorial, no geral mantendo e acentuando a divisão injusta de terras.

O novo projeto que desde meados de 2007 está sendo posto em prática subdividiu a área total do perímetro 6.335,74 hectares por setores. O setor norte localiza-se ao lado da BR-230 em direção ao município de Sousa, o setor encontra-se ao lado direito dessa mesma BR. Os demais setores estão localizados próximos à estação de distribuição de água do PIVAS (figura 2).

Segundo Elias (2006, p. 41), é nítida a presença do Estado no papel de maestro da construção e gestão dos sistemas técnicos agrícolas inerentes aos recursos hídricos, no processo de desapropriação para a construção dos perímetros irrigados, na seleção dos agricultores para a distribuição dos lotes etc.

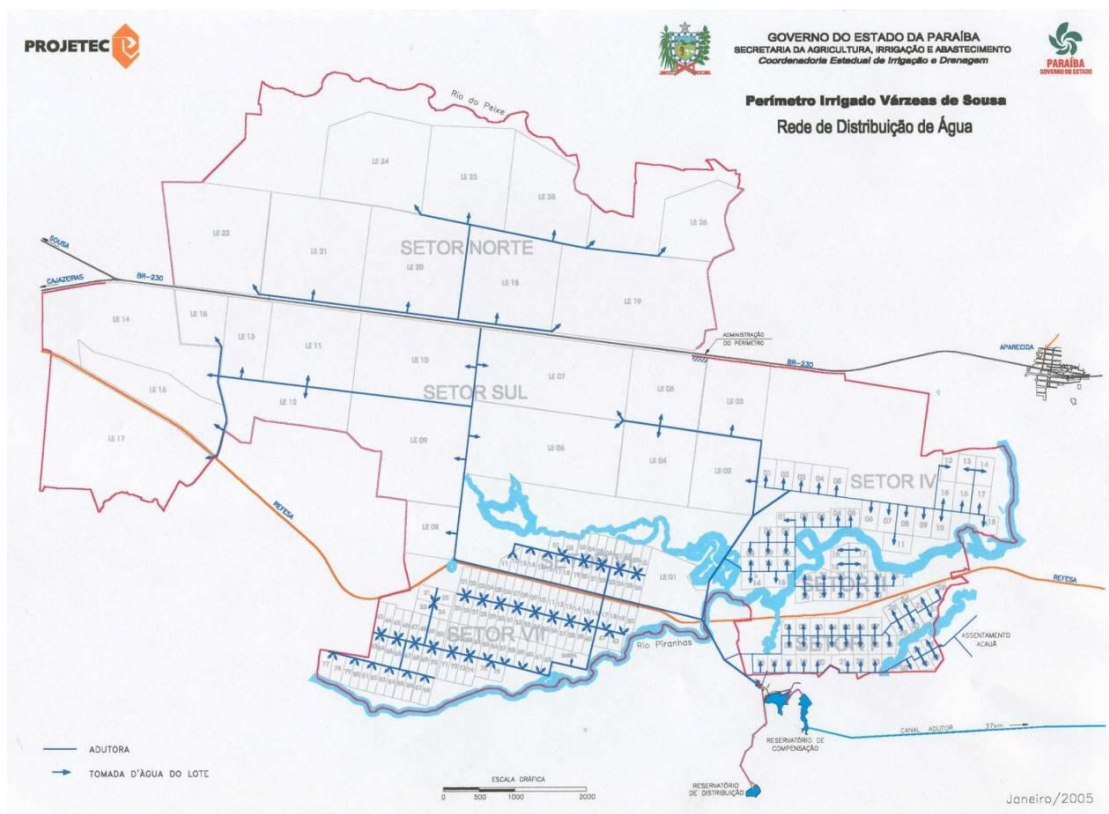


Figura 1: Divisão setorial do PIVAS – 2005.
Fonte: Governo da Paraíba. Coordenação do PIVAS

Segundo dados da coordenação do PIVAS, a seleção dos irrigantes foi conduzida pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca – SEDAP. O processo de seleção para ocupação das áreas irrigadas do Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa foi executado em duas etapas, sendo a primeira referente aos lotes de pequenos produtores e a segunda direcionada aos lotes empresariais.

A primeira etapa da seleção cento e setenta e oito irrigantes foi realizada para a ocupação dos setores I a IV, cuja área total é de 992,63 hectares. Foram divididos 156 lotes de 5 hectares para realizar fruticultura irrigada e 22 lotes de 10 hectares para o desenvolvimento da ovinocultura.

A seleção teve o apoio do Programa Nacional de Crédito Fundiário (Termo de Cooperação assinado em outubro de 2004 entre o governo da Paraíba e o Ministério do Desenvolvimento Agrário).

Com relação às grandes empresas o projeto prevê uma área de 2.307,38 hectares irrigáveis. Foram licitados dez lotes empresariais em um total de 1.396,81 hectares que foram adquiridos por três empresas. O Edital nº 01/2006 foi republicado em 2007 (Edital nº 01/2007) para a licitação do restante dos lotes empresariais, sendo vendidos mais quatro lotes num total de

512,67 hectares adquirido por uma empresa como é possível observar nas fotos 07, 08, 09, 10,11, 12. As empresas que já estão investindo no projeto são a Mocó Agropecuária, que iniciou a irrigação de 320 hectares de melão e melancia em miniatura para serem exportadas para a Holanda; a Santana Sementes, que terá uma área de 1.020 hectares e plantará sementes como girassol e milho; e o grupo Agrovete, um empreendimento que atua na produção de material para irrigação e agrotóxico, e vai utilizar 49 hectares do perímetro.

Observando as tabelas 1 e 2 a distribuição dos lotes no PIVAS, o foco central tanto do antigo como do novo projeto são as empresas agroexportadoras.

Divisão dos lotes no antigo Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa - PB		
Classes	Tamanho dos lotes	Total de hectares
03 lotes empresariais	330 ha	990ha
142 lotes colonos	10 ha	1.420ha
42 lotes agrônomos	30 ha	1.260ha
68 lotes técnicos	15 ha	1.020ha
58 lotes reassentados	5 ha	340ha
Total da área do Perímetro		5.030 ha

Tabela 1: Divisão dos lotes do antigo Projeto das Várzeas de Sousa.

Fonte: Governo do estado da Paraíba. Coordenação do PIVAS.

Organizado por: Valéria R. P. de Lima

Divisão dos lotes no Novo Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa – PB		
Classes	Tamanho dos lotes	Total de hectares
16 lotes empresariais	144 ha	2.307,38
178 lotes pequenos produtores	5ha	992,63
6 lotes para assentamento do INCRA	166 ha	998,75
2 lotes da EMEPA	15 ha	30,00
1 lote da Escola Agrotécnica Federal de Sousa	10 ha	10,00
16 lotes com baixa aptidão para irrigação	5 ha	80,00
Reserva legal	1.267,18 ha	1.267,18
Área de Preservação Permanente	206,57 ha	206,57
Área de infra-estrutura e inaproveitáveis	443,23 ha	443,23
Total da área do Perímetro		6.335,74

Tabela 2: Divisão dos lotes no novo PIVAS.

Fonte: governo do estado da Paraíba. Coordenação do PIVAS.

Organizado por: Valéria R. P. de Lima

Essa estrutura fortalece o domínio das terras e da água para a difusão do agronegócio, gerando concentração de riquezas e do acesso aos recursos naturais como terra e água. Paralela a esse fato, temos uma enorme produção da desigualdade social dentro e fora do projeto. Essa forma de distribuição das terras no PIVAS reproduz claramente a concentração de terra que caracteriza historicamente a estrutura fundiária do nordeste brasileiro. Neste caso fica evidente que o papel do Estado, através de políticas públicas de irrigação, favorece o fortalecimento da arcaica estrutura de posse da terra.

Como consequência dessa concentração fundiária, na área destinada ao PIVAS surgiram novos territórios da exclusão, fazendo crescer o número de conflitos sociais na luta por terra e água entre Estado, empresas inseridas no PIVAS versus trabalhadores sem-terra que desejam construir/consolidar um “território(s) da esperança”. De acordo com Moreira e Targino (2007), os “territórios de esperança” são conquistados e construídos na luta camponesa para permanecer na terra. A luta está presente no cotidiano de resistência, em oposição ao “território de exclusão/exploração”.

Em todo complexo das Várzeas de Sousa a luta cotidiana contra os problemas da falta de água, as promessas de acesso a terra, bem como o favorecimento do Estado a alguns grupos empresariais e políticos, é observadas nos acampamentos Nova Vida I, II, Verdes e Renascer. A conquista do território de esperança não é algo utópico. Um exemplo concreto dessa conquista é o assentamento Acauã, o primeiro assentamento rural no sertão da Paraíba formado em terras privadas. Contudo, para a consolidação desse território ainda em construção, diversas frentes de luta têm sido levadas a feito. Uma dessas frentes se refere a lutar para ter acesso à água do Canal de Redenção, construído para atender a demanda da agricultura irrigada nas Várzeas de Sousa.

3- Ações dos Atores Sociais para ter Acesso à Água e a Construção Novos Territórios.

O Canal da Redenção e o Perímetro Irrigado das Várzeas de Sousa são as “estruturas” nas quais os atores dessa pesquisa realizam suas ações concretas, ou seja, apresentam suas intenções (táticas e estratégias) que se materializam no espaço (escala específica e escala geral) e são realizadas em um período de tempo (curto ou longo). As ações dos atores são dinâmicas, moldam e transformam o território, por isso, a identificação dos atores não é algo acabado.

O fato é que o acesso à água nesse território, além de ser essencial para a sobrevivência humana, está subordinada aos interesses políticos e é fonte de poder e riqueza. Após a construção do Canal da Redenção surgem usos da água produtivos e especulativos – a exemplo das várzeas de Sousa - fazendo crescer a exclusão social a partir do acesso a terra e a água, proporcionando uma maior dinâmica no desaparecimento e aparecimento de novos territórios.

Os novos territórios analisados nessa pesquisa formados ao longo do Canal da Redenção são o assentamento Acauã e o acampamento de Trabalhadores Sem Terra Verdes. Dentro do Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa estão os acampamentos Nova Vida I e Renascer.

Ao longo dos anos os atores que estão lutando por terra e água nas Várzeas de Sousa e no Canal da Redenção, construíram e constroem estratégias de ação social coletiva que de acordo com Gohn (2007), podem se constituir de uma simples denúncia, até à pressão direta com (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios a ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.). Tais ações são formas de pressão para negociar, confrontar e reivindicar da estrutura estatal “um pedaço de chão” no PIVAS e água para irrigar proveniente do Canal da Redenção. A prefeitura do município de Aparecida e a ONG Via Sertaneja, surgem como apêndice de apoio às famílias inseridas nos acampamentos localizados na BR 230.

3.1 - Luta do Assentamento Acauã contra o hidronegocio

No Assentamento Acauã a divisão da terra em parcelas realizadas pelo INCRA-PB no ano de 1999 organizou a agrovila com lotes de 18 hectares para cada uma das 114 famílias. Os lotes foram distribuídos através de sorteio, recebendo a seguinte divisão: 15 hectares para sequeiros (terras altas), 2 hectares destinados à criação de caprinos e 1 hectare de terra destinado à prática da agricultura nas terras baixas (baixios), onde é cultivado milho, feijão e algodão, entre outros produtos.

Após conquista da terra os camponeses do Assentamento Acauã viam no Canal da Redenção a possibilidade de desenvolver sua atividade agrícola de forma menos dependente das dos ciclos de chuvas escassas e irregulares da região, bem como a chance de amenizar o problema de abastecimento de água no cotidiano de suas vidas. Desse modo, passaram a utilizar a água tanto para o abastecimento humano, como para a dessedentação animal e para a prática da agricultura irrigada. Para viabilizar o uso da água do canal para consumo humano e desenvolver as demais atividades no assentamento, a água inicialmente era captada do Canal

da Redenção e levada por gravidade para um dos açudes localizados dentro do assentamento Acauã. No entanto essa forma de captação da água do canal foi proibida pelo órgão gestor dos recursos hídricos do Estado da Paraíba, essa proibição fez com que, a pedido do órgão, os camponeses construíssem uma caixa de água para receber à água do Canal da Redenção.

No entanto em 2001 o conflito toma maiores proporções, durante um período de estiagem na região, a agência responsável pelo gerenciamento dos recursos hídricos do estado da Paraíba, representada naquele momento pela AAGISA, proibiu no assentamento Acauã qualquer tipo de uso da água do Canal da Redenção. Diante do cenário de estiagem, a principal necessidade da água no assentamento era para o abastecimento humano e dessedentação animal, usos prioritários em períodos de estiagem de acordo com a Lei das Águas 9.433/1997.

Com a interdição, os camponeses do assentamento, através de uma ação coletiva, se organizaram e realizaram uma mobilização utilizando a ocupação das margens do Canal da Redenção como tática para voltar a ter acesso à água. Durante a manifestação os camponeses de Acauã protestaram e exigiram uma audiência com a presença de um representante do governo do estado, da AAGISA ou do INCRA.

Durante as manifestações de acesso à água os gestores permitiam verbalmente a retirada da água, sempre com uma solicitação de regularização do acesso. Todas as solicitações foram acatadas pelos camponeses na esperança de ter acesso legal à água do Canal da Redenção, no entanto, o órgão gestor nunca forneceu a outorga da água. Entre os anos de 2001 a 2003, técnicos da AAGISA com frequência realizavam fiscalizações no assentamento, ocasionando momentos de tensão e acalorando o conflito.

As consciências dessa interdição na vida dos camponeses de Acauã os levaram a constituição de uma identidade coletiva onde os anseios comuns só poderiam ser atendidos se unidos e organizados lutassem pela água do Canal da Redenção.

Os camponeses alegaram que existem diferenças no tratamento do órgão gestor entre os assentados e os fazendeiros proprietários de terras que ocupam as margens do canal. Eles relatam que a fiscalização foi bem mais rigorosa no assentamento, do que em outras propriedades e quando existe fiscalização nas outras terras que margeiam o canal, essa é amenizada através de subornos ou intimidações de influência política, conforme podemos observar no depoimento abaixo:

“O fato é que os fazendeiros estão usando essa água e a gente por sermos pobres e pequenos produtores, não temos direito nenhum nessa água. Tem terras de alguns fazendeiros inclusive a fazenda Santa Clara, aí molha a mão dos danados. A verdade é essa, esses caras vão lá e pegam à água. Para nós eles não permitem não, mas como é para

fazendeiro” (entrevista realizada com morador do assentamento Acauã em maio de 2006 no próprio assentamento).

Diante dessa denúncia, buscou-se o relato de um fazendeiro que possui terras nas margens do Canal da Redenção e o mesmo relatou o seguinte:

Desde o início da construção do Canal da Redenção técnicos do governo me orientaram para que eu pedisse a outorga da água. Para cada sítio de coco que eu tenho na minha fazenda mandei fazer um projeto, dei entrada solicitando a outorga com toda a documentação em João Pessoa. Naquela época era SEMARH e eu tenho documento constando tudo isso. Eu nunca fui impedido de usar a água do canal. Eu utilizo a água dos meus dois mananciais, dois açudes construídos por mim, esse e o outro ali. A água do canal é que abastece os meus dois açudes (entrevista realizada com Raimundo Abrantes em outubro de 2009 na fazenda Pintado).

Durante os anos de conflito, a falta de diálogo claro e efetivo dos camponeses com o poder estatal dificultou a negociação do conflito e a implantação das políticas públicas relacionadas à gestão hídrica. De acordo com Petrella (2002), uma das conseqüências do número crescente de conflito é a fraqueza do sistema normativo evidenciando uma fragmentação das relações entre os grupos sociais e os interesses constituídos. Segundo o autor, “quanto mais uma sociedade permite que os interesses corporativistas de indivíduos e grupos se tornem a base de sua própria organização e o princípio que inspira seu funcionamento, tanto mais poderemos esperar que haja uma multiplicação e intensificação de conflitos” (PETRELLA, 2002, p. 64). No aparelho do estado prevaleceu certa “má vontade política”, que se refletiu na forma tecnicista e burocrática em abordar a questão legal do conflito com os camponeses do assentamento Acauã. As razões de controvérsias relacionadas ao acesso à água do canal são inúmeras. Uma delas é a disputa por interesses desenvolvimentistas e competitivos entre usuários e usos da água do Canal da Redenção.

Durante o ano de 2006, o conflito foi apaziguado, pois não houve fiscalizações. Atribuiu-se a falta de fiscalização ao período político, pois 2006 foi um ano de política no Brasil (eleições para governo do estado e para presidente da república) e a proibição do uso da água só prejudicaria o governo no tocante à votação.

“Nesses últimos anos a Secretaria Estadual de Recursos Hídricos e Secretaria de Irrigação têm deixado a gente muito à vontade no que se refere à retirada da água, nem normaliza nossa situação com a outorga, mas também não tem nos procurado”. Já tentamos tanto. Falamos com a Secretaria de Recursos Hídricos tantas vezes, mais nada é feito. Quando a gente se pronuncia contra a transposição do

São Francisco é com base na nossa experiência com o Canal da Redenção. Ele está pronto mais não funciona” (entrevista realizada com Socorro Gouveia em maio de 2006 no assentamento Acauã).

A difícil tarefa de realizar uma gestão igualitária com a participação dos usuários de água do canal parece ter iniciado no final de 2007, quando o PIVAS passou a funcionar. Na proporção que as demandas são geradas para um suprimento limitado de água surge a necessidade de um gerenciamento hídrico mais eficiente para que o conflito não tome dimensões mais críticas.

A gestão da demanda do Canal da Redenção há de ser compreendido sob dois prismas, um individual que leve em conta a necessidade de um consumidor, que neste caso é o Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa, e outro coletivo, que leve em consideração os interesses de todos os usuários localizados ao longo do sistema de transposição.

3.2- Novos territórios de luta por água: A resistência contra o agro/hidronegócio nas Várzeas de Sousa.

As primeiras ações de resistência ao processo de desenvolvimento do agronegócio e hidronegócio nas Várzeas de Sousa surgiram em 2004, mais precisamente em 24 de maio de 2004, quando 400 famílias sem terra resolveram ocupar as áreas destinadas ao PIVAS. No entanto em 2003, a Comissão Pastoral da Terra - CPT no sertão da Paraíba, já havia abraçado a frente de luta contra o agro/hidronegócio:

Quando o projeto das Várzeas de Sousa foi implantado, o governo desapropriou seis mil hectares com recursos do governo federal, da Secretaria da Agricultura Estadual em parceria com o Ministério da Integração Nacional. Muitos agricultores que eram posseiros daquelas áreas foram expulsos. Os proprietários foram indenizados e os posseiros não. Então aumentou muito o número das casas de taipa na periferia de Aparecida, na saída em direção ao município de Pombal. Muitos agricultores resistiram e permaneceram nas terras.

Então, algumas famílias que resistiram lá nas Várzeas de Sousa se organizaram e reivindicou do governo a liberação de uma parte daquelas terras para criação de assentamentos. Esses agricultores pediram o apoio da CPT e a CPT vêm acompanhando há cinco anos. Ali começou toda uma luta para que uma parte daquela área das Várzeas de Sousa também fosse destinada para a reforma agrária. É um embate direto contra o agronegócio. O governo não vai querer entregar assim de bandeja uma área tão cobiçada como as Várzeas de Sousa, com as melhores terras do estado, com uma infra-estrutura de irrigação. Os agricultores têm consciência disso. Desde o início a CPT sempre disse para eles: vocês querem lutar por essas terras? Essa terra é diferente de outros latifúndios que tem na região, então isso vai ser bem mais complicado e realmente é. Mesmo não sendo terras privadas a gente sabe que o embate é bem maior porque mexe com

grandes empresas e mexe com outros interesses políticos (entrevista realizada com Antônio Cleide Gouveia, em outubro de 2008).

Neste contexto, foram criados os acampamento para Nova Vida I, e Renascer que organizados realizam mobilizações como passeatas, ocupação da BR-230, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e, por fim, ocupação dos lotes empresariais e impedimento das máquinas de funcionar no PIVAS em junho de 2007, foram algumas táticas realizadas pelos acampados para tentar serem incluídos dentro do projeto.

Diante das mobilizações uma negociação foi firmada entre o governo do estado e o movimento dos trabalhadores rurais apoiados pela CPT e o INCRA. Durante a negociação ficou acertado que o INCRA receberá seis lotes do governo do estado, tão logo o Ministério da Integração Nacional forneça o parecer decisivo para subsidiar o aditivo do termo de ajustamento de conduta a ser firmado entre a Procuradoria Geral do Estado, o INCRA e o Ministério Público Federal.

Observa-se a dinâmica na construção e (re)construção territorial de luta por terra e água. Os camponeses sem terra, alguns expropriados para instalação do PIVAS, permaneceram durante anos acampados dentro das terras destinadas ao projeto. Quando finalmente em 2007 o governo do estado resolveu colocar em funcionamento o PIVAS, vendendo os lotes empresariais do setor sul que estava ocupado pelos camponeses sem terra, o governo do estado usa como tática para a desocupação dos lotes empresariais a promessa de inserí-los ou reterritorializa- los no projeto. Porém, exigiu a desapropriação imediata das terras do setor sul, sugerindo a ocupação do lado oposto da BR-230 (sentido leste/oeste – João Pessoa – Sousa) no setor norte. Os trabalhadores então deveriam aguardar o processo de posse nas terras no PIVAS no setor norte.

Os investimentos do governo estadual para o setor norte, onde se encontram os acampamentos Nova Vida I e Renascer, são praticamente inexistentes, não possui infra-estrutura para desenvolver a irrigação, os agricultores sem-terra acampados só podem praticar a agricultura de subsistência nos períodos chuvosos. Essa condição acarreta a precarização na qualidade de vida dos acampados que acabam se sujeitando a trabalhar como diaristas nos lotes empresariais dos PIVAS. Sobre esse assunto, Francinete, em entrevista realizada em outubro de 2008, relatou que:

Ir trabalhar lá foi uma decisão individual. A necessidade é tão grande que somos obrigados a fazer isso, a se submeter. Eu não tenho coragem, nem condições de pedir para eles não ir trabalhar lá. A gente

sabe que o certo seria não fazer isso, mas você acordar de manhã e muitas vezes não ter uma merenda e não ter um trabalho é difícil. Então vem gente aqui oferecer um dia de serviço pra você, é quase impossível você não aceitar. Lá se trabalha como diarista pouca gente trabalha com carteira assinada (Entrevista realizada com Francinete Longuinho de Sousa em outubro de 2008, no acampamento Nova Vida I).

A pecuária extensiva associada com a agricultura de subsistência e a subordinação do homem do campo ao coronel, que outrora predominava no sertão paraibano, está dando lugar às empresas rurais capitalistas. Tais empresas compram a força de trabalho dos mesmos camponeses que hoje formam os novos acampamentos ou assentados que tentam resistir ao avanço do capitalismo no campo.

A última mobilização dos camponeses para ter acesso à água do canal da redenção ocorreu em março de 2013, também denunciavam a empresa do Grupo Santana que em período de estiagem intensa utiliza água para produção de milho destinada a fabricação de ração animal, contudo, como mencionado anteriormente essa água deveria por lei ser priorizada para o consumo humano e animal, ou seja, água para a vida e não para os donos do agro/hidronegócio que fazem da água do canal da redenção sua fonte de lucro.

4- Considerações finais

Considerando os dados e informações levantadas e analisadas, conclui-se que, no semiárido brasileiro, a realização de políticas públicas relacionados ao desenvolvimento de infraestruturas hídricas não foram capazes de amenizar os problemas inerentes à semi-aridez. Para o agravamento da situação, tais políticas públicas carregam um histórico de inoperância, corrupção e favorecimento de uns (oligarquias nordestinas) em detrimento de outros.

A reincorporação do nordeste semiárido no processo de produção capitalista, relacionados aos projetos de irrigação largamente realizada ao longo da década de 1990 do Século XX, é um dos responsáveis pelo surgimento de novos conflitos e resistências contra o monopólio da terra e da água.

O Canal da Redenção é uma obra de infra-estrutura hídrica que alterou e fez surgir territórios da água, o perímetro irrigado de Sousa, acampamentos de luta pela terra e projetos de reforma agrária. Apesar da escassez hídrica presente nesse território a falta de gestão adequada e eficiente das águas do Canal da Redenção foi à tônica do conflito para ter acesso a sua água. No conflito pela água do Canal da Redenção, os atores que, através de uma ação coletiva

lutaram para ter acesso à água, demonstraram que quanto mais organizados são os atores, maior a possibilidade de conquistar seus anseios para atender as demandas de uso da água.

5. Referencias Bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia de. Conceito de Nordeste. In: **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Atlas, 1986. p.63- 65.

ABRAMOVAY, R. Nova forma de luta pela terra: acampar. **Revista Reforma Agrária**, (Campinas), v. 15, 1985.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** 5a ed., São Paulo: Cortez, 1998.

BRASIL, BRASÍLIA. Lei 9.433, de 08 de Janeiro de 1997. **Secretaria de Recursos Hídricos: conjunto de Normas e Leis**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 3º edição. p.23 - 40.

BURSZTYN, M. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Petrópolis, Vozes/CNPQ. 1984.

CORTEZ, Henrique. **O século do hidronegócio**. 2005. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticias/270705_hidronegocio.htm>. Acesso em: 14 out, 2007.

ELIAS, D; Pequeno R. (Org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza – CE. Banco do Nordeste, 2006.

FERNANDES, Bernardo. M. **Agronegócio e Reforma Agrária**. São Paulo. Fonte: <<http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera>> Acessado em: 15 de mar 2008.

GOHN, M. G. 1997. **Teorias dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo. Ed. Loyola.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido - uma visão holística**. Brasília: Confea, 2007. Ed. Pensar Brasil. 140p.

MOREIRA, Emilia. **Evolução do Processo de produção do Espaço Paraibano**. João Pessoa, Cadernos do NDIHR, nº 23. 1990.

MOREIRA, Emilia; TRAGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**, João Pessoa: Editora Universitária, 1997. 332 p.

PARAÍBA. **Relatório das Várzeas de Sousa**. Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba – EMEPA, Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Minerais – SEMARH, 1998.

PARAÍBA, Secretaria Extraordinária de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH – **Plano das Águas: Estado d’arte**, 2002.

PARAÍBA, Governo do Estado - Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Minerais. **Memorial Descritivo do Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa**. 1998.

PETRELLA, Ricardo, **O manifesto da Água: argumentos para um contrato mundial**, Petrópolis: Vozes, 2002, v. 2.

RAFFESTIN, Claud. **Por uma Geografia do Poder**, São Paulo: Ática, 1993. 266p.